- LXIX -

PISO SALARIAL DE PROFESSORES NO BRASIL: A PRÁTICA DE UMA DÉCADA¹

Juca Gil

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

jucagil7@gmail.com

Introdução

Em meio a um contexto político nacional favorável à valorização do magistério público da educação básica e à sua remuneração, seja pela mobilização de entidades representativas, seja por sensibilização social mais ampla, em 2006 foi promulgada a Emenda Constitucional nº 53 (EC53). Entre os vários dispositivos alterados e introduzidos na Constituição Federal por meio da EC53 (BRASIL, 2006) se destacam, no aspecto específico da remuneração do magistério, a consolidação do princípio de um piso salarial profissional nacional (PSPN)², regulamentado pela Lei nº 11.738 no final de 2008 (BRASIL, 2008), e a criação em cada unidade federativa e no Distrito Federal do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), com vigência entre 2007 e 2020 (BRASIL, 2007).

Desenvolvimento

O Fundeb dá prosseguimento às políticas de fundos ao substituir o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) (BRASIL, 1996), o qual esteve em vigência efetiva entre 1998 e 2006, mas cujo alcance restringiu-se ao financiamento do ensino fundamental público. O novo fundo estendeu a cobertura de redistribuição para toda a educação básica. O que é importante para a análise aqui empreendida é que pelo menos 60% da receita recebida deve ser destinada ao pagamento dos profissionais do magistério, contemplando, obviamente, os professores.

O PSPN, por sua vez, foi instituído como o patamar mínimo para o vencimento inicial dos profissionais do magistério da educação básica pública, com formação em nível do ensino médio na

¹ Este artigo é fruto da pesquisa “Remuneração de professores de escolas públicas da educação básica no contexto do FUNDEB e PSPN”, financiada pelo Observatório da Educação/CAPES.

² Conforme inciso VIII, art. 206, da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988).

modalidade normal e jornada máxima de trabalho de 40 horas semanais. Dessa jornada, até 2/3 devem ser reservadas a atividades de interação com os alunos.

Embora a lei que instituiu o piso tenha sido sancionada em julho de 2008, o valor definido inicialmente de R\$ 950 foi mantido como patamar mínimo para 2009. Além disso, a lei do piso admitiu que, excepcionalmente em 2009, o valor definido para o PSPN pudesse ser completado com as vantagens pecuniárias – abonos e outros extras. A União deveria complementar a integralização do piso no ente federativo que comprovasse não dispor de recursos suficientes para tanto.

A lei também tratou de estabelecer o prazo e a forma de atualização do valor do piso ao indicar o mês de janeiro para isso e vinculando tal atualização ao mesmo percentual de crescimento do valor anual mínimo por aluno dos anos iniciais do ensino fundamental urbano no escopo do Fundeb. Desse modo, os valores do PSPN variaram de acordo com a Tabela 1³.

Tabela 1 – Valores do Piso Salarial Profissional Nacional do magistério, no Brasil, entre os anos – 2009 a 2018 (valores nominais e também valores reais, atualizados pelo INPC / IBGE, base janeiro de 2018)

Ano	Valores nominais (em R\$)	Valores reais (atualizados INPC-IBGE jan / 2018)
2009	950	1.553,93
2010	1.024,67	1.579,94
2011	1.187,09	1.723,93
2012	1.451,75	1.989,78
2013	1.567,00	2.034,16
2014	1.697,00	2.071,70
2015	1.917,78	2.109,83
2016	2.135,64	2.187,85
2017	2.298,80	2.310,08
2018	2.455,35	2.455,35

Fonte: organização do autor, com dados de FNDE/MEC (www.fnde.gov.br).

Os dados apresentados acima, na coluna de valores nominais, confirmam a ocorrência de reajustes anuais nos valores do Piso, ou seja, não houve congelamento em momento algum. No entanto, ressalta-se a necessidade de se analisar o impacto da inflação nos referidos valores. Por exemplo, apenas com os valores em moeda corrente (nominais) em cada um dos anos, desconsiderando o efeito inflacionário, parece (equivocadamente) que o piso mais que dobrou de tamanho (de 950 para 2455).

³ A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) diverge da forma com que é calculado o valor do Piso. Cf. CNTE (2014).

O equívoco se dá porque o poder de compra não é o mesmo com o passar do tempo, fruto da inflação. Na coluna de valores reais, em que se procede a deflação, traz a realidade que, apesar de terem ocorrido ganhos concretos, acima da inflação, a valorização é bem menor (de 1553 para 2455).

Nesse contexto, a literatura sobre tema tem constatado a recuperação real da remuneração dos professores da educação básica, embora ela continue inferior ao de outras carreiras profissionais com o mesmo tempo de formação (PINTO, 2009; BRASIL, 2010b; ALVES; PINTO, 2011; SOUZA; GOUVEIA, 2011; FELÍCIO, 2013; BARBOSA, 2014). Com efeito, estudo do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (2014) sobre o perfil docente das escolas públicas de educação básica com base nos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra a Domicílios (PNAD) para o período entre 2002 e 2013 constatou que:

[...] o rendimento médio dos docentes cresceu expressivamente nos estados do Nordeste e do Centro-Oeste, acompanhado de perto pelo das regiões Sul e Norte. Os ganhos reais dos últimos 11 anos demonstram que uma política progressiva de valorização do magistério pode ser alcançada com investimento em carreira, salário e formação (DEPARTAMENTO..., 2014, p. 13).

Observe-se que o estudo reconhece que esses resultados advêm exatamente das políticas ativas voltadas à valorização do magistério mencionadas aqui. Contudo, complementa a respeito da defasagem salarial que “em âmbito nacional o rendimento médio do docente necessita de um reajuste médio que varia de 50,1% a 83,8%, para equiparar ao rendimento médio dos demais profissionais” (DEPARTAMENTO..., 2014, p. 12).

Conclusões

Reconhece-se a relevância de se alcançar conquistas em âmbito legal, como as obtidas através das normatizações relativas ao PSPN. Considera-se salutar o estabelecimento de um montante abaixo do qual ninguém poderia ficar. No entanto, a referência ao piso pode também se tornar um inibidor de aumentos na remuneração, pois o valor pode estar sendo ressignificado como teto ou valor exato – e, em alguns casos, o valor máximo. Se isso for algo generalizado, pode fazer com que os efeitos positivos da lei percam poder, em especial, no longo prazo e no decorrer das carreiras do magistério, através do achatamento salarial, forçando todos os vencimentos a se aproximarem do piso. É o que ocorreu com a carreira do magistério estadual de Santa Catarina (BASSI e GIL 2015). Mas, indiscutivelmente, o PSPN vem possibilitando ganhos reais, para os docentes das redes que respeitam a legislação, obtendo aumento de cerca de 60% acima da inflação, entre 2009 e 2018.

Referências

- ALVES, Thiago; PINTO, José M. de R. Remuneração e características do trabalho docente no Brasil: um aporte. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 41, n. 143, maio/ago. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v41n143/a14v41n143.pdf>>. Acesso: 20 maio 2013.
- BARBOSA, Andreza. Salários docentes, financiamento e qualidade da educação no Brasil. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 39, n. 2, p. 511-532, jun. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-62362014000200009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 26 abr. 2015.
- BASSI, Marcos Edgar; GIL Juca. Remuneração de professores de escolas públicas no contexto do FUNDEB e do PSPN . In: **Financiamento da educação no Brasil : os desafios de gastar 10% do PIB em dez anos**. Campo Grande: Oeste, 2015. p. 257-279
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO. **Atualização do debate da CNTE sobre o piso salarial profissional nacional do magistério público da educação básica – PSPN**. Brasília: CNTE, 2014. Disponível em: <http://www.cnte.org.br/images/stories/2015/CNTE_Cartilha_PSPN_2014.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2015.
- DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Transformações recentes no perfil do docente das escolas estaduais e municipais de educação básica: uma análise a partir dos dados da Pnad**. Nota Técnica. São Paulo: DIEESE, 2014. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/notatecnica/2014/notaTec141DocentesPnadvf.pdf>>. Acesso em: 26 abr. 2015.
- FELÍCIO, Fabiana de. **Evolução dos salários de professores da educação básica: rede pública**. São Paulo: Metas – Avaliação e Proposição de Políticas Sociais, 2013.
- PINTO, Jose M. de R. Remuneração adequada do professor: desafio à educação brasileira. **Retratos da Escola**, Brasília, v. 3, n. 4, 2009. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br/index.php/semestral/article/view/101/290>>. Acesso em: 21 maio 2013.
- SOUZA, Ângelo R. de; GOUVEIA, Andréa B. Os trabalhadores docentes da educação básica no Brasil em uma leitura possível das políticas educacionais. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 19, n 35, 2011. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=275019735035>>. Acesso: 25 abr. 2015.